

## **Substituição do Pronaf B convencional pelo Agroamigo: houve melhoria para o agricultor? Uma avaliação da questão no município de Cruz das Almas-BA**

### **GT 7 – Economia solidária, Economia Criativa e Políticas Públicas**

João Pedro Paula dos Santos<sup>1</sup>  
José da Conceição Santana<sup>2</sup>

...

### **RESUMO**

Este artigo discute os efeitos da implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Familiar (PRONAF) na linha de financiamento do B convencional que incluem agricultores com renda anual de até R\$ 20.000,00, bem como a implantação a partir de Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), do programa Agroamigo, analisando no seu contexto regional comunidades da cidade de Cruz das Almas, localizada no território do Recôncavo da Bahia. Seu objetivo visa discutir a articulação de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar e sua importância econômica. Para a elaboração do artigo foram realizadas pesquisa de campo, através de entrevistas semi-estruturadas e levantamento de dados secundários.

**Palavras-chave:** Microcrédito. Agricultura Familiar. Desenvolvimento Rural

### **1. INTRODUÇÃO**

O acesso ao crédito do Agroamigo, hoje constitui ferramenta indispensável para que a agricultura familiar avance no contexto social e econômico, tendo em vista ser um crédito de fácil acesso, sem tantas burocracias. Por outro lado, os níveis e taxas de inadimplências ainda são considerados altos em algumas cidades, o que até certo ponto atrapalha o acesso de outros clientes, bem como o acesso de outras operações por parte dos devedores.

O presente trabalho se debruça sobre trabalhadores da Agricultura Familiar do município de Cruz das Almas que utiliza o sistema de crédito do Agroamigo.

O município de Cruz das Almas está situado na região do Recôncavo da Bahia, a aproximadamente 146 km da capital do Estado, Salvador. A altitude é de 220 m acima do

---

<sup>1</sup> João Pedro Paula dos Santos, Graduado em Tecnologia em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, joapedrogestorcoop@gmail.com .

<sup>2</sup> José da Conceição Santana, Professor Msc assistente I da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, josesantana@ufrb.edu.br .



nível do mar, clima tropical quente e úmido. A pluviosidade média anual é de 1.224 mm, (OLALDE, et al., 2007), com maior incidência de chuvas no período compreendido entre março e junho, tem uma superfície de 145, 742 km<sup>2</sup> com densidade demográfica de 402,12 hab/km<sup>2</sup>, uma população de 58.602 mil habitantes (IBGE, 2010). Segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o produto interno bruto (PIB) municipal é de R\$ 447, 49 milhões em 2010, com um PIB *per capita* de R\$ 7.640,17. Na distribuição setorial 4,39% corresponde à agropecuária, 14,16% à indústria, 71,48% ao setor de serviços e 9,95% aos impostos sobre produtos.

A maior parte dessas propriedades pode ser considerada minifúndio, sendo que quase 90% têm área inferior a 10 hectares. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) é 0, 699 (dados de 2010), o índice de Gini 0, 5734 (OLALDE, et al., 2007) denotando uma concentração média a forte da propriedade fundiária. De acordo com o último censo agropecuário existem cerca 1.234 estabelecimentos agropecuários o que corresponde a 5.707 hectares em Cruz das Almas.

Na construção do trabalho foram realizadas conversas informais com funcionários das agências do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) de Santo Antonio de Jesus e Cruz das Almas, funcionários do Instituto Nordeste Cidadania, (INEC) e colaboradores da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) além da realização de entrevistas com agricultores familiares em três comunidades da cidade: Boca da Mata, Lagoa do Cedro e Lisboa. O trabalho foi construído no decorrer do segundo semestre de 2013, contudo, a experiência do autor como Assessor do Agroamigo nos anos de 2009 e 2010 contribuiu para a realização da pesquisa.

## 2. Agricultura familiar

O conceito de Agricultura Familiar é definido na Lei 11.326, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República em 24 de julho de 2006. Esta lei considera:

[...] agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio

estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006, Art. 3<sup>o</sup>).

Na Bahia, a agricultura familiar possui uma participação importante na contribuição do PIB, segundo o site do MDA, é o maior do Brasil em número de agricultores familiares, cerca de “665.831 empreendimentos familiares, o que corresponde a 87% dos estabelecimentos agropecuários do estado, 15% de toda agricultura familiar do país e a uma contribuição em torno de 11% para o PIB baiano”. Ainda segundo dados desse ministério, a agricultura familiar no estado ocupa 34% da área total dos estabelecimentos agropecuários e são responsáveis por 81% do pessoal ocupado nas atividades rurais (1,8 milhão de pessoas) e 44% do Valor Bruto da Produção Agropecuária do estado, esses mesmos agricultores familiares respondem por 91% da produção de mandioca, 83% do feijão, 76% dos suínos, 60% de aves e 52% da produção de leite. (MDA, 2012)

Em Cruz das Almas não foi possível verificar a participação da agricultura familiar na economia local, pois os órgãos responsáveis não possuíam esses dados específicos, apenas dados gerais da agricultura, mas essa realidade não é muito distante da realidade apresentada nos números do estado.

### 3. Pronaf B convencional no contexto social.

O Pronaf foi criado em 1995, pela Resolução nº 2.191 do Banco Central do Brasil, e instituído no ano de 1996, pelo Decreto nº 1.946 de 28 de junho de 1996 (BRASIL, 2013) no então governo do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Foi instalada com a finalidade de “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a lhes propiciar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e melhoria da renda” (BRASIL, 2013, Art. 1<sup>o</sup>). O pronaf possui várias linhas de financiamento como podemos destacar no plano safra 2013/2014 do MDA:

Pronaf Custeio/ Pronaf Investimento (Mais Alimentos) / Microcrédito Rural / Pronaf Agroecologia/ Pronaf Mulher/ Pronaf Eco/ Pronaf Agroindústria/ Pronaf semiárido/ Pronaf Jovem (...)

Embora o pronaf possua 12 linhas de crédito o presente trabalho apenas abordará a linha do Pronaf B, que foi criado em “2000 configurando-se uma política pública não – assistencialista para, inicialmente combater a pobreza na região Nordeste [...]. Os recursos são operacionalizados pelo Tesouro Nacional e do Fundo Constitucional para Desenvolvimento do Nordeste (FNE), oferece bônus de 25% em cada parcela da dívida se pago em dia e juros

de 0,5% a/a, (SCHRODER, 2010 p. 265); mediante uma proposta de simplificada de crédito que era elaborada por técnicos das Empresas de Assistência Técnica de Extensão Rural (EMATER). Em entrevista realizada pelo autor, foi informado pelos agricultores que os valores eram de R\$ 500,00, e R\$ 1.000,00 nos anos iniciais.

Gráfico 1. Quantidades de operações do Pronaf B no Nordeste.



Fonte: Secretaria Agricultura Familiar (SAF) *Apud* MACIEL 2009.

Os dados se referem aos quantitativos de operações contratadas pelo BNB, no âmbito da linha de crédito do pronaf B. Nos anos de 2000 até 2004, não estão disponibilizados essas informações, mas em 2005 o programa contratou cerca de 431.874 operações, e em 2008 segundo a autora, citando dados da Secretaria de Agricultura Familiar, houve uma queda significativa para 234.896 contratos. Isso significa uma queda por parte das contratações das agências por diversos fatores, como por exemplo, capacidade das EMATERs em sua logística a fim de viabilizar esses contratos bem como outros fatores como inadimplência.

Gráfico 2. Valores em Milhões de reais liberados pelo Pronaf B convencional no Nordeste



Fonte: Secretaria Agricultura Familiar (SAF) *Apud* MACIEL 2009.

Nos primeiros anos a sua criação, houve avanço nos números dos financiamentos. No primeiro ano - 2000 - foi liberado um montante de R\$ 23.498.201,00, em 2007, esses valores chegaram a R\$ 589.615.000,00 milhões de reais, um crescimento de (2.509%), porém em



2008, sofreu uma queda nos financiamentos, por conta da crise mundial no ano e também pela fase de implantação do Programa Orientado.

Porém o Pronaf B convencional entrou em declínio. Seu alto número de inadimplência e operações em atraso, fez com que o BNB, implantasse um programa com metodologia própria que será abordado mais adiante. Abramovay (2008) aponta que em outubro de 2007, o saldo devedor do Pronaf B convencional era de R\$ 895 milhões de reais. Deste montante, R\$ 280 milhões estavam em atraso e dos 768 mil agricultores que acessaram o financiamento, 229 mil não quitaram o mesmo. Com esse quadro o governo federal decidiu em 2007, suspender novas propostas em cidades que esse limite ultrapassasse 15% do total e acima de 50 contratos em atraso.

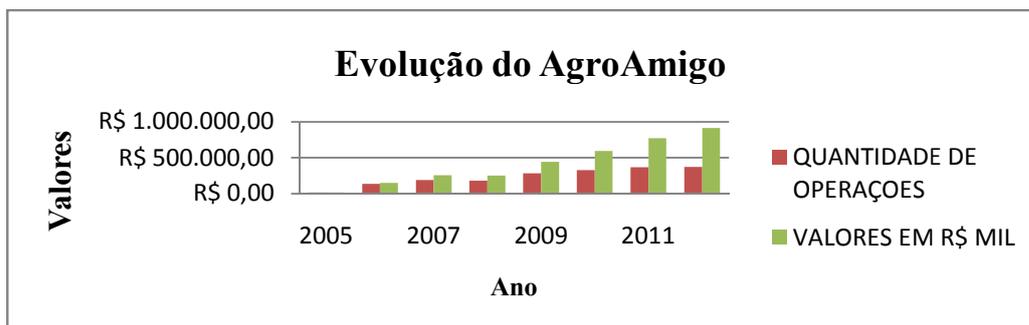
#### 4. Agroamigo no Nordeste do Brasil

A experiência do economista Dr. Muhammad Yunus através do Grameen Bank ou Banco Rural fundado em 1983, mediante a idealização de um projeto criado desde 1976 pelo então economista, queria testar uma experiência no qual pretendia comprovar que se os pobres tivessem acesso ao capital para exercerem suas atividades, seriam capazes de gerar trabalho sem uma assistência externa. (HOSSAIN, 1988, apud KWITKO 2005). “O objetivo era atender populações rurais carentes com serviços de empréstimos e de poupança”. (MEYER, 2000, apud KWITKO 2005, p. 55). Para o próprio Yunus, (2000),

O microcrédito, em sua concepção de crédito produtivo e associado a outros serviços essenciais de microfinanças, bem como a programas de formação profissional e promoção humana, tem ajudado a combater a pobreza em diversas partes do mundo. (YUNUS, 2000 apud MACIEL, 2009 p. 103)

Baseado na experiência de outros países o Agroamigo foi criado em 2004, introduzido como experiência ou projeto piloto nas agências do BNB, na região Nordeste do Brasil, mais exatamente no estado do Piauí, em duas cidades: Floriano e Oeiras. Mas apenas no ano de 2005, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi implantado em 78 agências do BNB, 43%, (SANTOS E GOIS, 2011). Segundo o último relatório anual de 2012 do BNB, (p.16) o Agroamigo está atuando em 160 unidades do Banco e atende a 1.945 municípios, onde corresponde a 97,7% da atuação da entidade, ainda segundo o relatório em 2012 o programa contratou 375.088, número de operações nas áreas atendidas pelo banco, com um valor de R\$ 916,4 milhões, na Bahia o número de unidades de atendimento do banco é de 32, segundo cartilha de relatório do Agroamigo BNB, 2011.

Gráfico 3. Contratos e valores liberados pelo Agroamigo nos anos de 2005-2012, em R\$ MIL.



Fonte: Relatórios anuais BNB, anos: 2009, 2011 e 2012.

Isso significa um crescimento gradativo do programa em sua área de atuação, no ano de 2005 o programa contratou 18.088 operações, esse número subiu para 375, 088 em 2012 um crescimento de (1.973 %) no período, já em valores no primeiro ano de atuação o programa liberou um montante de R\$ 17, 453 milhões, passando para R\$ 916,4 milhões em 2012, crescimento de (5.390%). O público alvo do programa é voltado especificamente para os produtores do grupo B do PRONAF, com renda anual de até R\$ 20.000 por ano de sua atividade agropecuária, sendo que no mínimo 50% têm que vir das atividades rurais, segundo dado colhido em entrevista. Convém salientar que esses valores referentes à renda do agricultor e quaisquer vantagens do programa sofrem mudanças a cada ano com um novo plano Safra do MDA, que vai de junho a julho de cada ano, onde se presume que desde a criação dos programas houveram mudanças significativas nas regras.

“O programa se propõe a melhorar o perfil econômico e social do agricultor familiar de baixa renda dos estados do Nordeste, norte de Minas Gerais e Espírito Santo”. (SANTOS E GOIS, 2011, p. 181). O Agroamigo oferece aos produtores algumas vantagens em relação ao Pronaf B antigo realizado pelas EMATER, estaduais. Como por exemplo: a realização de um crédito orientado e acompanhado; atendimento ao cliente na sua própria comunidade; juros baixos e bônus de adimplência; sem garantias na hora da liberação da proposta, bastando estar apenas com o nome limpo na praça; apoio as atividades agropecuárias e não agropecuárias; renovação do crédito quando se quita o anterior e pagamento em carnês.

O Instituto Nordeste Cidadania (INEC), que foi criado em 1993, por funcionários do BNB, com o objetivo de atender ao sociólogo Herbert de Souza, que em meio à mobilização da comunidade nacional se configurou na época, na campanha de combate a Fome, Miséria e

pela Vida, solicitou a criação. Com isso; em 29 de setembro de 2009, ganhou o certificado de Organização da Sociedade Civil Para o Interesse Público (OSCIP). Compete ao INEC:

[...] compete a este a execução do Programa de Microcrédito Agroamigo, conforme plano de trabalho aprovado, pelo Banco do Nordeste, zelando pela qualidade e eficiência das ações e serviços prestados, bem como assumindo a responsabilidade integral pela gestão administrativa, inclusive a contratação dos assessores de crédito e pessoal administrativo. (SANTOS E GOIS, 2011 p, 187).

#### 4.1 - Assessores de Microcrédito Rural (AMR)

De acordo com Santos e Gois (2011) em meados de 2005, o BNB criou manuais de operacionalização e realizou treinamento de 170 assessores de microcrédito rural, contratados pelo INEC. Os AMRs, segundo Maciel são definidos como:

São profissionais de nível médio, funcionários do INEC, por ele selecionados entre técnicos agrícolas ou assemelhados que conhecem a região e, preferencialmente, residem na localidade onde desenvolverão o trabalho ou próximo a ela. (MACIEL 2009, p 114)

Segundo o manual do Assessor de Microcrédito Rural, para exercer a função de AMR, a instituição traça um perfil do assessor que precisa ter as seguintes qualidades e atributos: ser comunicativo, respeitar o produtor do campo bem como seus potenciais junto ao crédito; ter uma boa relação interpessoal, ver sua carteira de crédito como um negócio próprio zelando pela saúde da mesma; ser dinâmico em suas tarefas transmitindo ideias de otimismo e energia positiva; possuir credibilidade e idoneidade moral; buscar sempre a qualidade, ser ético no que diz respeito a guardar as informações dos clientes, ter humildade, respeitar as tradições locais; ser íntegro, não aceitar subornos, ou até mesmo aceitando presentes, podendo assim prejudicar as relações com o cliente.

As principais atribuições dos assessores como afirma Maciel, (2009) são: realizar parcerias com entidades locais, principalmente aquelas com atuação no meio rural, como sindicatos e as EMATERs; fazer estudos de dados socioeconômicos do município e distritos a serem atendidos, visando assim ter uma visão das potencialidades e prováveis dificuldades; realizar planejamento de suas atividades rotineiras semanalmente ou mensalmente, tanto as atividades endógenas e exógenas; divulgar o Agroamigo; realizar entrevistas com os prováveis clientes; conceder o crédito produtivo e orientado; elaborar as propostas de crédito; acompanhar mediante visitas de acompanhamento e verificação da aplicabilidade do crédito; elaborar laudos das visitas; zelar pela qualidade e saúde da carteira de crédito; participar no processo de desembolso por parte do cliente; renovar o crédito para clientes adimplentes;

fazer cobranças em eventuais atrasos por parte dos agricultores. Com isso Abramovay (2008) salienta a figura do assessor como:

A introdução recente da figura do assessor de crédito, no âmbito do Agroamigo, permite que cada agricultor seja visitado antes de assinar o contrato. O assessor de crédito é um técnico agrícola da região em que trabalha e que conhece a comunidade. Passa a existir um compromisso de pagamento da dívida que não se estabelece com uma instituição abstrata longínqua (o banco), mas sim no âmbito de uma relação de reciprocidade entre quem atribui e quem recebe o financiamento. (ABRAMOVAY, 2008, Apud MACIEL, 2009, p.115)

#### 4.2 - Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO)

A atuação do INEC no programa só foi possível graças a uma política do governo mediante a criação da Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, que institui o programa nacional de microcrédito produtivo orientado (PNMPO), com isso as instituições que almejem o credenciamento para atuarem na política do PNMPO, se torna necessário que cumpram a metodologia de microcrédito produtivo e orientado, que por sua vez cumpra com alguns requisitos, de forma a acompanhar os financiamentos. De acordo com o § 3<sup>o</sup>, Art. 1<sup>o</sup>.

Considera-se microcrédito produtivo orientado o que é concedido para atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica (...) (BRASIL, 2005)

Com a criação da Lei citada anteriormente, descentralizou-se a realização das propostas que antes eram elaboradas por técnicos das EMATERs, no caso da Bahia, a EBDA. Sendo assim, abriu caminho para uma parceria que já dura cerca de 9 anos entre o BNB e o INEC.

#### 4.3 – O crédito.

Segundo o Manual do Crédito Rural (BACEN, 2005), os créditos do programa no ano agrícola de 2012/2013, eram operações de até R\$ 2.500,00 por família com renda anual de R\$ 10.000,00, com bônus de adimplência de 25 % por operação, no limite de até R\$ 7.500,00 por unidade familiar. Porém segundo o MDA, no seu Plano Safra, no ano agrícola de 2013/2014, essas operações serão ampliadas para propostas de até R\$ 3.500,00, com bônus de 25% para os clientes que pagam em dia e teto de R\$ 10.500,00, para ter direito ao rebate; com uma renda anual de até R\$ 20.000,00 por ano de cada família. (MDA, 2014)



Os juros por cada operação estão na casa de 0,5 % ao ano, com 6 meses de carência, pagamento de até 2 anos de acordo a atividade e capacidade de pagamento. São financiados atividades de investimento e custeio. E segundo entrevista com o AMR do INEC que atua na região de Cruz das Almas, “65% do financiamento é para a proposta de investimento e os 35% restante para as atividades de custeio respectivamente”, ainda segundo o assessor “apenas as atividades de artesanato poderão ser aplicado o valor investido em custeio, ou seja, 100% para matéria-prima, mão de obra etc”.

Para ter acesso a linha de crédito é necessário que o cliente agricultor familiar, segundo o AMR:

Esteja com o nome limpo na praça, tenha consigo xerox do RG, CPF, comprovante de quitação eleitoral, comprovante de residência, se proprietário da área ao qual será executado a proposta, xerox do imposto sobre propriedade rural (ITR), ou contrato de parceria, comodato, meeiro, etc; além da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento concedido pelo MDA, através de entidades credenciadas como os Sindicatos Trabalhadores Rurais (STR) e EBDA, que atestam a idoneidade do produtor na categoria de agricultor familiar.

Para o agricultor ter acesso a DAP, em entrevista realizada com o Técnico da EBDA, este afirmou que o produtor (a) precisa preencher os seguintes requisitos para a linha de financiamento do Pronaf B:

Possua área de até 4 módulos fiscais... (120 ha em Cruz das Almas) obtenha renda anual de até R\$ 20.000,00 por ano sendo que 50% têm que ser proveniente das atividades rurais, comprovando ser proprietário, posseiro, meeiro, ou comodatário de sua terra no qual produz, e documentos de identificação básicos como xerox do CPF e RG.

#### 4.4 – O papel da assistência técnica, para o desenvolvimento das atividades.

Embora o Agroamigo não preste assistência técnica aos clientes e nem o AMR, tem autorização para isso, cabe a EBDA dar suporte e acompanhamento aos clientes prospectados no Agroamigo. De acordo a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) em um de seus princípios comenta:

Assegurar, com exclusividade aos agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aqüiculturas, povos da floresta, seringueiros, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF, o acesso a serviço de assistência técnica e extensão rural pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente, visando o fortalecimento da agricultura familiar”. (MDA, 2007, p, 6-7).



Com isso, teoricamente cabe aos AMR entregarem aos órgãos de assistência técnica, listas atualizadas de clientes prospectados no âmbito do programa, para que os técnicos da EBDA possam realizar acompanhamento técnico de qualidade aos agricultores.

#### 5 - Metodologias do Agroamigo x Pronaf B

Como esboçado anteriormente o declínio do Pronaf B, devido aos altos índices de inadimplência, o BNB, decidiu implantar ou acoplar ao Pronaf B uma metodologia de crédito orientado e acompanhado, tendo em vista o caso de sucesso da metodologia do programa de microcrédito urbano do próprio BNB, o Credamigo; Criado em 1998 com o intuito de facilitar o crédito e o acesso de empreendedores do meio urbano que desenvolvam atividades de prestação de serviços, comercialização e produção, além de fornecer esse serviço o programa conta com uma figura importante: o assessor, que presta assessoria e orientações de como aplicar os recursos bem como inserir os investidores de forma mais competitiva no mercado (SANTOS E GOIS, 2011). Na metodologia própria do Agroamigo pode-se destacar as seguintes atividades: abertura de área, realização de palestras informativas, entrevista e elaboração da proposta, visitas de verificação e orientação, administração da carteira de crédito.

No caso do Pronaf B convencional, realizado por técnicos da EBDA, essas regras não faziam parte da estrutura do crédito. Em entrevista a um Agrônomo da empresa, foi informado que a proposta era realizada da seguinte maneira:

As propostas na época eram realizadas com o intuito de meramente ajudar os agricultores, a maioria dos agricultores, e posso confessar não estavam preocupados com o desempenho da proposta... eles (agricultores) muitas vezes só queriam pegar o projetinho, o mais rápido possível.

Ainda segundo o Agrônomo, os pontos fortes do programa era a viabilidade de forma rápida do recurso pelo agente financeiro, a proposta não demorava muito, e se o agricultor estivesse sem restrições junto aos órgãos de proteção ao crédito o dinheiro levava de 30 a 40 dias no máximo.

Perguntado se a empresa realizava a assistência técnica ele afirmou:

Nós realizávamos, porém não é de agora que a empresa sofre com problemas estruturais, que por sua vez inviabiliza a ida do técnico a campo. Muitas vezes a falta de veículo, combustível e até desestímulo da equipe, são entraves a serem vencidos naquela época e atualmente. Mas também em contra partida, tem o lado do desinteresse pelo nosso trabalho por contra dos agricultores, que muitas das vezes não estão dispostos a seguir as novas técnicas e tecnologias que o campo precisa.

Sobre os altos índices de inadimplência dos agricultores, foi perguntado o porquê dos números exorbitantes e qual o papel da empresa nesse respeito, o entrevistado afirmou que:

Da forma como foi conduzido no início houve muitas falhas... a maioria de fato não pagavam os financiamentos, houveram até movimentos que os instruíam a não pagarem, por que achavam que era dinheiro que o governo estava dando, já que o rebate era grande. Já outros não pagavam por que esqueciam de fato, a atividade não gerava rentabilidade etc...

No que diz respeito à proposta de crédito, essas eram realizadas no escritório e em campo, as parcelas geralmente eram pagas em 2 etapas, uma com 12 meses e a segunda com mais 12 meses. Ainda em entrevista o Agrônomo “afirmou que em algumas comunidades havia a concentração de atividades financiadas, o que de certa forma atrapalhava no seu escoamento e preços de mercado, muito produto o preço cairia”.

#### 6- Análises dos programas em comunidades de Cruz das Almas

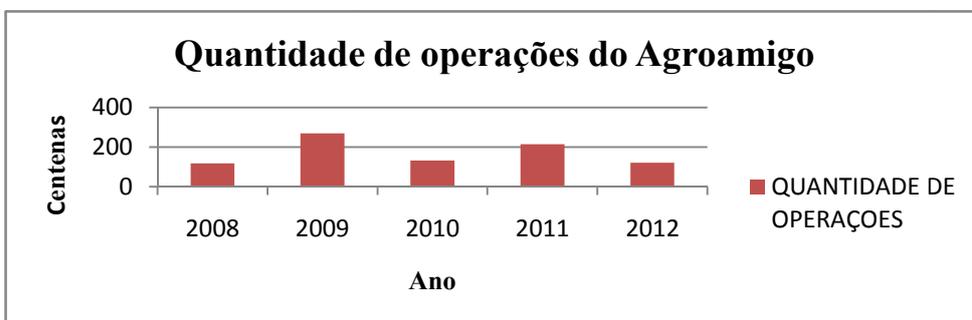
Esta seção abordará um estudo, de como era realizado o Pronaf B convencional e de que forma está sendo realizado o Agroamigo em comunidades de Cruz das Almas, bem com o impacto socioeconômico na vida dos agricultores. Observa-se e leva-se em conta a opinião dos entrevistados a respeito dos programas tanto no passado como no presente, contando com uma análise reflexiva das vantagens e desvantagens de ambos.

Foram realizadas cerca de 30 entrevistas divididas em três grupos: com pessoas que acessaram o Pronaf B convencional apenas, o Pronaf B convencional e o Agroamigo e apenas o Agroamigo, 10 de cada respectivamente. O roteiro de perguntas continha os principais pontos negativos e positivos de ambos os programas, bem como a satisfação e sucesso das propostas, além de discutir o papel da assistência técnica.

O Pronaf B começou a operar na cidade em 2002, cerca de 2 anos depois da implantação do mesmo segundo o BNB. Por outro lado, o Agroamigo segundo uma ex-assessora, afirmou que: “começou a operar na cidade no ano de 2008, o que significou que na época, as antigas e últimas propostas realizadas pela EBDA, passaram a ter o nosso acompanhamento” (o do banco e assessora).

As tabelas a seguir mostram o quantitativo de operações contratadas tanto no Agroamigo como no Pronaf B convencional, pode-se observar os números decrescentes e evolução de cada programa na cidade de Cruz das Almas.

Gráfico 5. Quantidade de operações do Agroamigo em Cruz das Almas nos anos de 2005 a 2012.

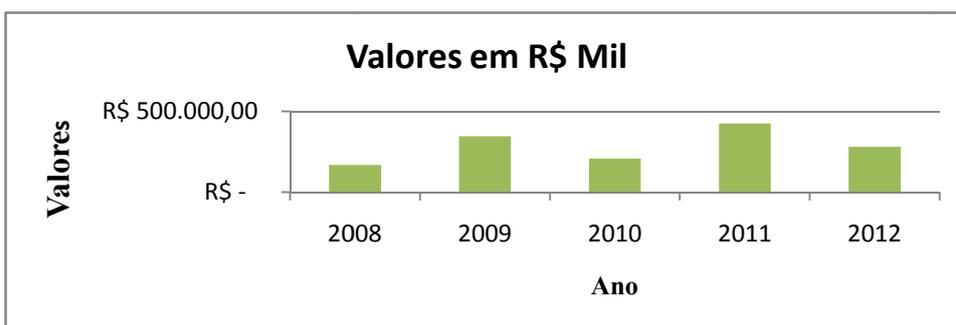


Fonte: Agência do BNB, Alagoinhas, BA.

O gráfico acima, mostra que em 2008, o Agroamigo contratou por meio da EBDA, e do AMR, cerca de 118 propostas de crédito, em 2009 houve um grande aumento, contratou-se 269 (128%), já em 2010 o programa contratou 133 propostas, voltou a crescer em 2011, liberando 215 financiamentos, mas voltou a sofrer uma queda em 2012, liberando cerca de 121 propostas.

Segundo um AMR, o programa para ser sustentável é preciso que os assessores contratem cerca de 55 propostas por mês, totalizando 600 operações por ano, e no final de 2 anos essas operações devem estar na casa de 1200, o que só torna necessário uma administração da carteira de crédito por parte do assessor, contribuindo para que essa possua boa saúde financeira, evitando atrasos e renovando os créditos.

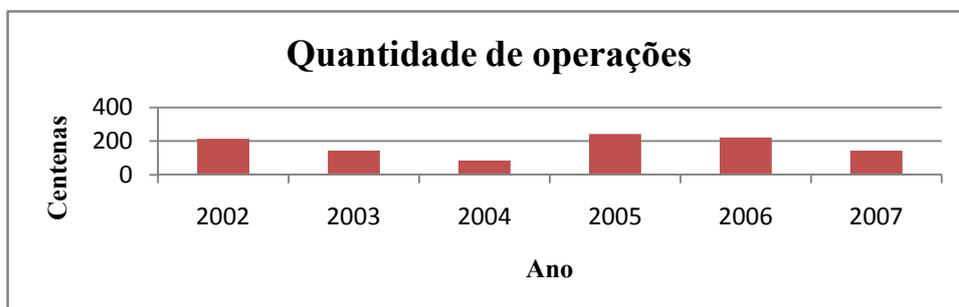
Gráfico 6. Valores liberados do Agroamigo em Cruz das Almas nos anos de 2005 a 2012.



Fonte: Agência do BNB, Alagoinhas, BA.

O Agroamigo no seu primeiro ano de instalação municipal contratou um montante de R\$ 167.421,00 de reais. A cada ano que se seguiu pode-se afirmar que os valores liberados sofreram oscilações ano a ano. Em 2012 o programa liberou para os agricultores familiares o valor de R\$ 281.050,00 reais um crescimento de (67,87%) em relação ao ano de 2008.

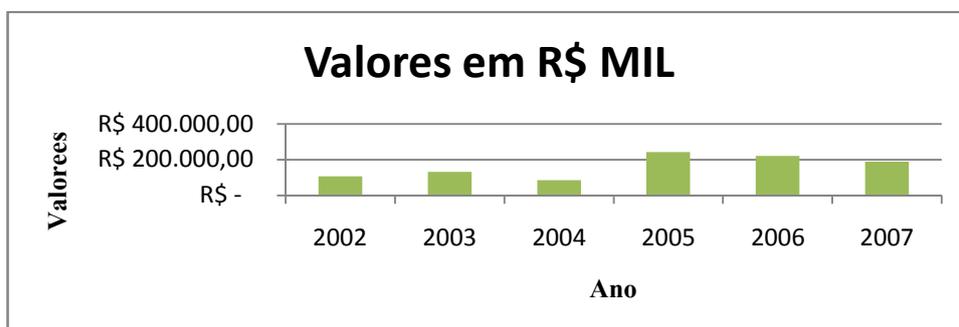
Gráfico 7. Quantidade de operações do Pronaf B na cidade de Cruz das Almas: anos de 2000 a 2008.



Fonte: Agência do BNB, Alagoinhas, BA

No âmbito do Pronaf B, a EBDA realizou 214 contratos em 2002, obteve queda nos anos seguintes de 2003 e 2004, mas se recuperou em 2005, contratando 242 propostas, no entanto sofreu queda no contrato de operações nos anos posteriores. Essa queda se deu segundo a falta apoio operacional no quadro de funcionários.

Gráfico 7. Valores liberados do Pronaf B na cidade de Cruz das Almas: anos de 2000 a 2008.



Fonte: Agência do BNB, Alagoinhas, BA.

Quando o programa começou, esses valores eram de R\$ 500,00 reais por operação, como podemos constatar que no primeiro ano, foram 214 operações equivalendo a R\$ 107.000,00. Nos anos posteriores, essas operações sofreram aumento, passaram de R\$ 500,00 para R\$ 1.000,00 e R\$ 1.500,00 nos anos de 2003 e 2007 respectivamente.

#### 6.1- Perfil das pessoas que acessaram os programas

Das 30 pessoas pesquisadas, 8 (26,6%) possuem menos e 1 ha, 12 (40 %) possuem de 1-10 ha, 6 propriedades (20%) possuem de 10-50 ha, 4 propriedades (13,33%) possuem mais de 50 ha. Sobre condição e uso da terra a maioria são proprietários, cerca de 18 entrevistados (60%). Os declarados posseiros - 6 (20%), comodatários equivalem a 10% (3) agricultores e



os outros 10% são definidos como meeiros. Com relação ao sexo das pessoas 54% são mulheres e 46% homens; com respeito à escolaridade 35% se diziam alfabetizados, 13% analfabetos, 12% possuíam o fundamental incompleto, 8% tinham o fundamental completo, 16,3% afirmaram possuir o ensino médio incompleto, 13,2% se dizia com o ensino médio completo e 2,5% possuíam superior incompleto ou cursando. As atividades financiadas por setor pôde-se concluir que 42% provinham da pecuária, 36% da agricultura, 12% comércio e 10% serviços.

## 6.2 – Impactos observados

As principais culturas comerciais dos entrevistados são: amendoim, feijão, mandioca, citros (laranja e limão), inhame, banana, abóbora e milho. Em muitas famílias a principal finalidade das atividades realizadas é o consumo próprio, embora seja vendida parte da produção em feiras locais e atravessadores, no caso de pequenos excedentes. A comercialização dos produtos se dá de forma precária, pois a logística e o planejamento ainda se constitui um gargalo a ser corrigido, pôde-se constatar também, que existiam muitas perdas por partes dos entrevistados, na maioria dos relatos essas perdas chegavam de 30% a 40% da produção, sem contar fatores climáticos. Na pecuária; a bovinocultura de corte era a atividade mais predominante dentre os pesquisados, seguidas da avicultura e suinocultura.

As rendas anuais dos entrevistados, convêm destacar, que na sua maioria são oriundas da agricultura, 46,66% afirmaram que seus rendimentos são extraídos da agricultura, e a segunda posição ficou com as atividades pecuaristas, ou seja, 26, 66% afirmaram que seus proventos procedem dessa atividade, claro que certas pessoas podem desenvolver outras atividades no meio rural, mas procurou-se perguntar as suas atividades principais.

Sobre o acesso ao órgão de ATER, convêm ressaltar que apenas 3% afirmaram ter recebido visitas de acompanhamento técnico no caso do Agroamigo. Já no Pronaf B, esse número chegou a 13%, pois além de realizar a proposta, a EBDA, também realizou visitas. Sobre a importância da assistência técnica, bem como orientação na implantação e desenvolvimento das propostas de crédito, em geral, tanto no Agroamigo quanto no Pronaf B convencional, a maioria respondeu que a falta de assistência técnica contribui para o insucesso dos empreendimentos. Para preservar os nomes dos entrevistados, os mesmos foram identificados com números de 1 a 30. O entrevistado de número 4 fez a seguinte conclusão sobre a assistência técnica:



## IV semana DO ECONOMISTA & IV ENCONTRO DE EGRESSOS

Eles até vêm na nossa roça, mas quando a gente mais precisa de explicação... eles nunca pode vir, seria bom que eles viessem dar orientações do início ao fim para que a gente pudesse crescer de verdade... Não basta dar explicação de como plantar ou colher isso a gente sabe um pouco, é preciso administrar o dinheiro, como vender, estocar, evitar o atravessador, e isso eles nunca fizeram.

Por outro lado, pôde-se constatar também algumas falhas no acesso ao crédito acompanhado do Agroamigo nas comunidades selecionadas. As dificuldades em achar o assessor, até mesmo para aqueles que pagaram em dia, alcançou um número considerável, já que o programa foi criado com a proposta de agilidade no crédito, menos burocracias e maior atendimento ao público. O entrevistado número 15 afirmou:

Para encontrar com a menina do banco (assessora) deu o maior trabalho, nunca que dava certo, dei mais de 3 viagens ao banco, sindicato, até em outros povoados, a burocracia se tornou grande, pra pouco dinheiro, quando a gente pega o empréstimo, a metade é pra cobrir essas viagens que a gente dá.

A crítica a essa metodologia também foi considerável. Para 38% dos entrevistados o acesso ao assessor tem se tornado cada vez mais difícil, principalmente para aqueles que querem renovar a proposta. Isso se dá por conta da metodologia do programa de que não é permitido o assessor atender em lugar fixo, como por exemplo, sindicatos, EBDA, prefeituras e sim na comunidade, numa rua etc. Mas sobre o papel e a importância do assessor na comunidade, 53% dos agricultores foram positivos nas suas avaliações. Sobre a vantagem do assessor na comunidade quando realiza a palestra informativa e cumpre suas visitas, o entrevistado número 25, enfatizou que:

A menina do banco (assessora), nos ensina como e aonde botar o dinheiro, como ter mais lucro, está de olho nas vendas, sabendo os preços do momento, e principalmente não deixar que os atravessadores ganhe nas nossas costas, (...)

Com isso constatou-se que dos 20 entrevistados no Pronaf B, 4 disseram não terem honrado com o pagamento em dia, por alguns fatores como: mercado, perda da produção e até desvio do recurso, o que significaria 20% de inadimplência. Já no agroamigo dos 20 que o acessaram, apenas 1 afirmou não ter pagado por algum motivo o financiamento, o que seria 5% de inadimplência. Com isso, pode-se depreender que de fato os índices de não pagamento da proposta diminuiriam no Agroamigo em comparação ao Pronaf B convencional. Isso pode ser atribuído ao acompanhamento mais de perto do assessor. Por outro lado, essa pesquisa procurou abordar quais as vantagens ou ganhos que o Agroamigo trouxe ao agricultor familiar. Perguntado o que melhorou na substituição do Agroamigo ao Pronaf B e a inserção do assessor de microcrédito. O entrevistado de número 3 fez a seguinte declaração:

Não mudou muito a nossa vida porque o valor é pequeno, ajuda, mas não faz a gente crescer, e agora demora mais em acessar o dinheiro do que antes, agora a gente faz o

projeto e só vai sair 2, 3 meses depois, ai já passou o prazo do plantio, já quando era feito com o rapaz da EBDA, era mais ligeiro, a gente recebia logo, o menino do banco explica sobre o dinheirinho, como aplicar, aonde aplicar, que tem que pagar antes de vencer pra ter direito ao rebate, tanta cobrança que desanima a gente, que é fraco né... (risos).

## 7. Conclusão

O crédito rural se constitui uma ferramenta fundamental, capaz de realizar mudanças nas condições socioeconômicas nas vidas dos agricultores, principalmente aqueles que não possuem uma renda expressiva.

Os resultados, até então, das políticas de ATER mostram que o acesso a assistência técnica ainda significa um desafio a ser vencido pela agricultura familiar, embora alguns tenham afirmado receber tal apoio, constatou-se que tanto no Pronaf B convencional quanto no Agroamigo, a assistência técnica é fundamental para o desempenho das atividades agropecuárias, o que muitas vezes ocorre de forma irregular, segundo apontou a pesquisa.

Sobre o acompanhamento financeiro e a dificuldade do acesso ao assessor, notou-se que embora esse atenda nas comunidades visando um atendimento ágil e de qualidade, os números da pesquisa mostraram que se configura um fator limitante e uma dificuldade encontrada pelas famílias envolvidas a esse acesso e ao agente de crédito. Por outro lado, cerca de 55% dos entrevistados, foram favoráveis a figura e a importância do AMR, na comunidade.

No ponto mais crucial, na substituição das metodologias Pronaf B convencional x Agroamigo, é digno de nota que a inadimplência do Agroamigo reduziu consideravelmente se comparado ao Pronaf B convencional, pelo simples fato de se ter um acompanhamento. Isso é um fator de vantagem para o banco, pois a inadimplência teve uma redução drástica. Mas na visão do agricultor, a troca de metodologia não causou impactos significativos na vida do principal público alvo do programa Agroamigo, que é justamente a melhoria das condições de suas vidas.

Por fim, dado a limitação da pesquisa, as conclusões aqui chegadas necessitam de maior estudo para serem generalizadas sobre as atividades do Agroamigo. Entretanto, podemos



**IV semana DO ECONOMISTA  
& IV encontro DE EGRESSOS**

entender que os dados e conclusões aqui apresentados podem servir de um indicador para se investir numa avaliação mais profunda do programa em outras regiões.



## Referências.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Alcance e limites das finanças de proximidade no combate a inadimplência: o caso do Agroamigo.** (Texto para discussão nº 10), Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), abril, 2008.

\_\_\_\_\_. Alcance e Limites das Finanças de Proximidade no Combate a Inadimplência: o caso do Agroamigo. In: BARBOSA, Cristiane Garcia (org.). **A Experiência dos Programas de Microfinanças do Banco do Nordeste.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010

ABRAMOVAY, Ricardo; PIKETTY, Marie-Gabrielle. **Política de crédito do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90.** Caderno Ciência e Tecnologia, Brasília, v. 22, n. 1, p.53-66, jan/abr, 2005.

BNB. BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatórios anuais: 2009, 2010, 2011, 2012.** Disponível em: <

[http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/o\\_banco/demonstrativos\\_contabeis/gerados/relatorios\\_anuais\\_e\\_balanco\\_soci.asp](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/o_banco/demonstrativos_contabeis/gerados/relatorios_anuais_e_balanco_soci.asp)>. Acesso em: 01 de setembro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Agroamigo 2011.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

BACEN. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual do crédito rural.** Brasília, 2005.

Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=nmsGeropMCR:idxGeropMCR>>.

Acesso em: 21 de julho de 2013.

BAHIA, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **PIB municipal.**

Disponível em:

<[http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=537&Itemid=283](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=537&Itemid=283)>. Acesso em: 02 de setembro de 2013.

BRASIL. Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005. **Institui o programa nacional de microcrédito produtivo orientado - PNMPO.** Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111196.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111196.htm)>. Acesso em: 23 de julho de 2013.

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. **Cria o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar – PRONAF, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 julho 1996. Disponível em:<

<<http://legis.senado.leg.br/sicon/index.jsp>>. Acesso em: 22 de julho de 2013.

BRASIL, Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.**

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm)>. Acesso em: 26 de setembro de 2013.



BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?lang=&codmun=290980&search=bahia|cruz-das-almas>>. Acesso em: 28 de setembro de 2013.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?lang=&codmun=290980&search=bahia|cruz-das-almas>>. Acesso em: 28 de setembro de 2013.

KWITKO, Evanda Evani Burtet; BURTET, Douglas; ALMIM, Silvana. **Manual de Assessor de Microcrédito Rural**. BNB: Pernambuco, 2005.

MACIEL, Iracy Soares Ribeiro. **Avaliação da Metodologia do Agroamigo em Caucaia-CE**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

MDA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Política nacional de assistência técnica e extensão rural**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/Pnater.pdf>>. Acesso em: 15 de julho de 2013.

\_\_\_\_\_. **A Agricultura Familiar é destaque na Bahia**. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item\\_id=9243554](http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=9243554)>. Acesso em: 27 de setembro de 2013.

OLALDE, Alicia Ruiz; SANTOS, Isabel de Jesus; SANTOS, Esio Lima. **O Pronaf e as desigualdades na Agricultura Familiar**. IN: XLV Congresso da SOBER, Paraná, 2007.

SANTOS, Arnaldo; GOIS, Francisco F. de. **Microcrédito e desenvolvimento regional**. Fortaleza: Premius, 2011.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELA, Ademir Antonio. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf**. IN: Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.